

TURISMO SOB A ÓTICA DA SUSTENTABILIDADE

Cristiane Alcântara de Jesus Santos*

Abstract

Discussion of sustainable development and the role of tourism has grown more intense over the last few years, with the activity of tourism becoming a key - and sometimes sole - factor in dynamizing and introducing regions and even countries to the map of spatial consumption. Accordingly, maintaining or even seeking sustainability has turned into a basic instrument for guiding tourist policies, planning and management based on economic efficiency, social equality and environmental conservation. This relies especially on the complementary nature of the public and private sectors, based in turn on the participation of citizens and aimed at promoting some bases for development.

Keywords: Sustainable Tourism; Sustainable Development; Economic Growth.

1. DA IDÉIA DE PROGRESSO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desde a Grécia Antiga, a idéia de progresso se constitui numa das matrizes civilizatórias do ocidente e implica num sentido de tempo que flui unilinearmente através do passado, presente e futuro, sempre como um avanço em relação à condição anterior, conferindo à situação presente, ou futura, um status inexoravelmente superior. Para NISBET¹ a idéia de progresso pôde sobreviver a situações adversas durante os seus 25 séculos de existência, tais como a pobreza das massas e as fomes, as guerras devastadoras, as depressões econômicas, as irrupções de tirania política e religiosa e assim por diante. Mas não pode sobreviver à perda de suas premissas essenciais que são: 1) crença no valor do passado; 2) a convicção da nobreza e da superioridade da civilização ocidental; 3) a aceitação do valor do crescimento econômico e tecnológico; 4) a fé na razão e em sua derivação através do conhecimento científico e acadêmico; e 5) a fé na importância intrínseca e no infável valor da vida.

Assim, a noção de desenvolvimento, formulada no pós-Segunda Guerra Mundial é vista como crescimento econômico e derivada da idéia de progresso. Revela-se como uma das idéias básicas da cultura moderna européia ocidental, baseada na lógica da dinâmica predatória do capitalismo, em que a natureza aparece com funções bem específicas, como gerar todos os materiais utilizados no processo produtivo, e ainda, após o seu uso, absorver os resíduos que retornam ao ecossistema em forma de contaminantes.

Esta lógica de crescimento econômico apresenta seus limites na medida em que compromete o bemestar das gerações futuras ao levar ao esgotamento de recursos (por exemplo, recursos energéticos fósseis); além de exigir dos ecossistemas um nível acima de sua capacidade de regeneração e assimilação provocando a crise ambiental e como consequência, a crise econômica global.

Desde 1972, quando o Clube de Roma publicou o relatório “Limites do Crescimento”² denunciando que o crescente consumo mundial ocasionaria um limite de crescimento e um possível colapso, já atentava para a preocupação com as principais tendências do ecossistema mundial, extraídas de um modelo global articulando cinco parâmetros: industrialização acelerada, forte crescimento populacional, insuficiência crescente da produção de alimentos, esgotamento dos recursos naturais não-renováveis e degradação irreversível do meio ambiente.

Sintetizando suas conclusões, o relatório previa que mantido o ritmo de crescimento, os alimentos e a produção industrial iriam declinar até o ano 2010 e, a partir daí, provocar automaticamente uma diminuição da população por penúria, falta de alimentos e poluição. Neste sentido, a crise do petróleo de 1973 veio a constituir-se em importante fator suplementar de alimentação do debate em torno da temática da escassez e esgotabilidade dos recursos naturais e da necessidade de humanização do crescimento, através de mudanças quantitativas e principalmente qualitativas do processo.

As previsões contidas no relatório geraram todo tipo de reações. TURNER (1987)³ construiu uma tipologia para as distintas visões sobre o meio ambiente que se destacaram no debate mundial a partir dos anos 1970:

Tecnocentrismo extremado: nesta visão, privilegia-se o livre funcionamento do mercado, conjugado à inovação tecnológica. Minimizando as previsões do relatório e assegurando infinitas possibilidades de substituição dos fatores de produção, evitando a escassez em longo prazo dos recursos naturais.

Tecnocentrismo complacente: não encampam as teses dos extremados (solução de mercado), mas acreditam que se possa conciliar crescimento econômico com equilíbrio ecológico desde que sejam adotadas certas regras de planejamento/ gerenciamento do uso dos recursos naturais;

Ecocentrismo socialista: visão preservacionista que considera necessárias certas restrições ao crescimento econômico em face dos limites físico-sociais, em que um sistema econômico-social descentralizado é visto como imprescindível para garantir a “sustentabilidade”.

.. Ecocentrismo extremado: visão preservacionista radical balizada pela adoção da chamada “bioética”.

A reação mais forte a “Limites do Crescimento”, segundo TURNER,⁴ partiu dos tecnocratas, os quais explicitaram a deficiência dos dados empíricos do modelo, que afinal, 30 anos depois, mostraram-se pessimistas. Além disso, os tecnocratas demonstravam também sua confiança extremada no tratamento agregado e a ausência de mecanismos compensatórios, negligenciando os ajustes via preços e os processos de substituição dos fatores produtivos a eles relacionados.

Por outro lado, a reação da Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada também em 1972, baseada nas constatações do relatório Meadows gerou a Declaração sobre o Ambiente Humano e produziu um Plano de Ação Mundial, com o objetivo de influenciar e orientar o mundo na preservação e melhoria do ambiente humano. As grandes preocupações, dentre elas a poluição e a questão da chuva ácida na Europa levaram a Conferência de Estocolmo a reflexão, de forma mais ampla, das questões políticas, sociais e econômicas envolvidas, “...onde as recomendações passaram a ser mais realistas e mais próximas da vida e da qualidade da vida humana”.⁵

Como resultado deste evento foi criado o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas – UNEP, encarregado de monitorar o avanço dos problemas ambientais no mundo. Ato contínuo que gerou a proliferação de acordos e conferências temáticas internacionais, como por exemplo, a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Fauna e Flora Silvestres (em 1973) e o Programa Internacional de Proteção a Produtos Químicos (em 1980), estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), UNEP e Organização Internacional do Trabalho (OIT), com o objetivo de avaliar os riscos causados à saúde humana e ao meio ambiente.

Desta forma, a década de 1970 marca o rompimento do círculo virtuoso de crescimento da economia mundial desde o pós-guerra, lançando dúvidas sobre a validade dos instrumentos políticos disponíveis para a regulação das relações econômicas internacionais, assim como os mecanismos internos de promoção do desenvolvimento. Junto a isso, a situação de pobreza em que se encontra a maior parte da população mundial revela que o estilo de desenvolvimento também é insustentável do ponto de vista social (falta de acesso à educação, à saúde e à água tratada) e humano (fome, desnutrição). Dessa maneira, a crise ambiental, entendida como crise geral do acesso e rentabilidade dos recursos, coloca em xeque o modelo de desenvolvimento vigente, isto é, desenvolvimento calcado na exploração irracional e predatória dos recursos naturais e moldado em relações sociais de produção injustas e excludentes.

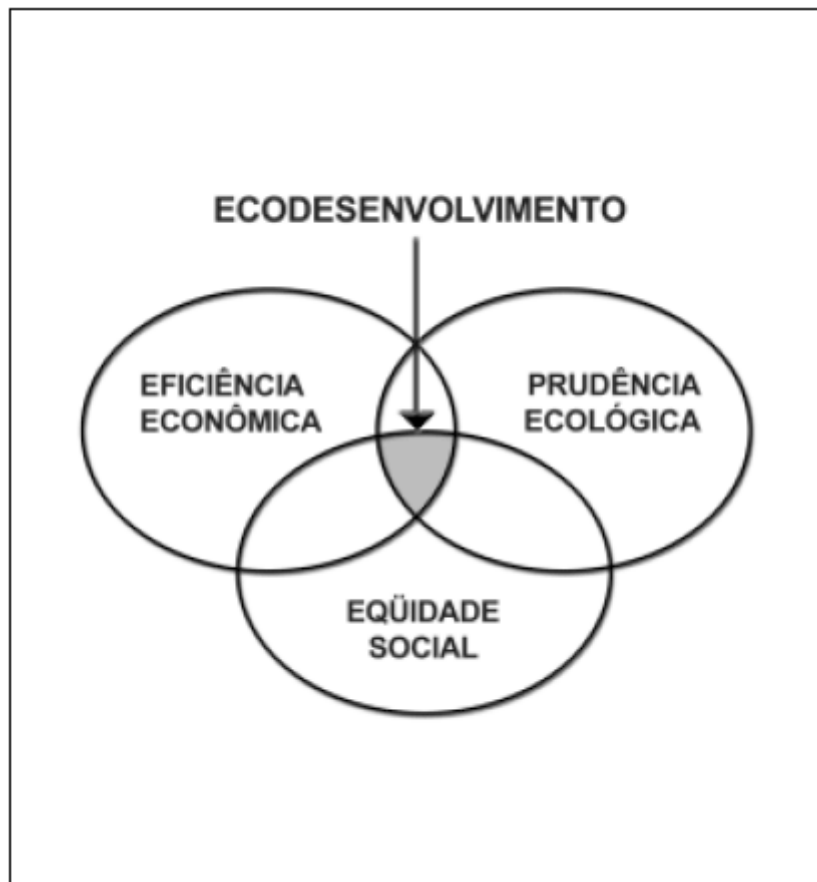
Os questionamentos formulados pelos movimentos sociais – ambientalistas ou ecologistas⁶ –, governos e comunidades científicas acerca da falência desse modelo apontam para a necessidade de se buscar um outro desenvolvimento que seja mais racional, mais eficiente, mais harmônico social e ambientalmente. Dessa maneira, abrem-se áreas de diálogo entre a economia e ecologia procurando conciliar a preservação da natureza com a manutenção do processo de crescimento econômico, institucionalizando-se a questão ambiental. Surge, a partir dessa nova lógica, novas formulações que passam a se denominar de desenvolvimento sustentado ou durável, fundido inicialmente na noção de ecodesenvolvimento que muitos autores erroneamente o tratam como um conceito base para a construção da noção de desenvolvimento sustentável.

A idéia de crescimento sustentado que foi difundida no pós-guerra passa a denominar-se desenvolvimento sustentado referindo-se à reprodução do ambiente em seu sentido mais amplo, portanto, contendo a reprodução das sociedades e propondo que a indústria seria o setor capaz de conduzir todo o conjunto da economia dos países de desenvolvimento tardio, garantindo sustentação ao crescimento econômico. A concepção básica desta proposta está na mudança do eixo dinâmico da economia do setor agrário-mercantil para o setor urbano-industrial, garantindo a formação de uma base produtiva interna capaz de dar movimento próprio às economias nacionais.

Essa foi a tendência que norteou os planejamentos territoriais no final da década de 1970, quando se vislumbram as possibilidades de “desenvolvimento endógeno” e políticas de desenvolvimento local numa tentativa de incrementar o potencial das regiões menos desenvolvidas e inseri-las num contexto econômico mais significativo do ponto de vista da produção, circulação e acumulação.

Este fato esbarrou nas limitações naturais e/ou ecológicas, colocando a persistência da pobreza e o desafio da geração de emprego e renda como fator preponderante para efetivação de qualquer política de desenvolvimento territorial. Esta idéia de crescimento entra em crise em escala global no início dos anos 1980, seguindo o esgotamento do fordismo como modo de regulação, onde havia um círculo virtuoso entre o aumento da produção e o crescimento do consumo em massa que desestabilizava qualquer tentativa de manutenção dos recursos ambientais necessárias ao desenvolvimento.

Por outro lado, novas tentativas de se repensar o futuro foram postas por Maurice STRONG⁷ quando lança o conceito de ecodesenvolvimento que consiste em um estilo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do Terceiro Mundo, baseado na utilização criteriosa dos recursos locais, sem comprometer o esgotamento da natureza, pois nestes locais ainda havia a possibilidade de tais sociedades não se engajarem na ilusão do crescimento mimético. Na década de 1980, Ignacy SACHS⁸ se apropria do termo e o desenvolve conceitualmente apresentando-o como uma proposta de resgate da racionalização completa, o que inclui o respeito aos próprios limites da razão, buscando um equilíbrio entre as diferentes lógicas do social, do econômico e do ecológico. Dessa maneira, SACHS⁹ imprime ao desenvolvimento as noções de durável ou viável a partir de um enfoque que responde a três critérios fundamentais: a) a primazia da equidade social; b) respeito às regras e prudência ecológica; e c) eficiência econômica.



A operacionalidade do ecodesenvolvimento proposto por SACHS¹⁰ baseia-se na necessidade do amplo conhecimento das culturas e ecossistemas; além de sugerir o pluralismo tecnológico como esquema mais conveniente, envolvendo tanto a tradicional tecnologia de mão-de-obra intensiva como a de capital intensivo, aproximando-se dos princípios do desenvolvimento endógeno. O desafio dessa proposta é aliar os três segmentos para manutenção da regulação econômica e, como consequência, proporcionar a retomada do crescimento, propondo, ao contrário de outras visões, um teto médio de consumo material entre todos os países.

De acordo com a evolução da problemática econômica e o deterioramento das políticas regionais e nacionais, a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas cria a expressão “desenvolvimento sustentável”, que começou a circular efetivamente no final da década de 1980, a partir da publicação do Relatório Nosso Futuro Comum, ou Relatório Brundtland, e originalmente significa um “desarrollo que satisfice las necesidades del presente sin comprometer la capacidad de las generaciones futuras para satisfacer las propias”.¹¹ Ao longo do tempo, a definição de desenvolvimento sustentável sofre múltiplas derivações e interpretações, tomando-se concepção política, instrumento administrativo e conceito em inúmeras discussões e documentos. A Declaração do Rio12 sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, assinada pela maioria dos governos do mundo em 1992, visa ao desenvolvimento sustentável no sentido de “estabelecer uma nova e eqüitativa parceria global, mediante a criação de novos níveis de cooperação entre estados, setores sociais estratégicos e populações, (...) reconhecendo a natureza integral e interdependente da Terra”.

Em seu princípio, a Declaração do Rio, acentua que os seres humanos são o centro de preocupação do desenvolvimento sustentável, como forma de criar uma situação de esperança de “bem-estar social”, enquanto grande parte da população deste planeta vive em condições que estão longe de ser descrita por essa expressão.

A maior parte da literatura sobre Desenvolvimento Sustentável encontra-se dividida entre encontrar uma definição mais adequada para o termo e à busca de catalogar suas ambigüidades e abrangências. Segundo REDCLIFT¹³ “é justamente na vagueza do discurso que reside o seu ponto forte”, pois nestes últimos dez anos a idéia de desenvolvimento marca em sentido amplo o nível da modernidade, proporcionando a reunião de posições políticas e teóricas contraditórias e até mesmo opostas.

Portanto, a adoção do desenvolvimento sustentável como nova matriz discursiva, por ocasião da Eco-92 foi um ponto de inflexão no processo de diálogo entre desenvolvimento e meio ambiente. A partir daquele momento é posto de lado o debate ambientalista ou ecológico da década de 1960 e 1970 do século passado, assim como foram colocados em segundo plano tanto os que advogavam o crescimento zero (neomalthusianos), como os marxistas. Embora as contradições acerca do termo desenvolvimento sustentável¹⁴ persistam, a hegemonia desse conceito, a partir desse momento, passa a sinalizar não apenas onde se dá a problemática? e incorpora mais duas questões: a) quais os seus termos? e b) como conseguir desenvolver-se com eqüidade social, econômica e ecológica?

2 - DESENVOLVIMENTO, TURISMO E SUSTENTABILIDADE

A temática do Turismo vem sendo discutida por várias ciências, ora adquirindo um caráter de “produto” ora como uma atividade

tipicamente econômica, sendo que neste trabalho o turismo será analisado dentro da sua espacialidade e que deve ser entendido como condicionante econômico, social, político e cultural e não ser visto apenas como um produto das relações sociais.

A categoria geográfica espaço se insere nessa discussão, uma vez que as atividades culturais, econômicas e de lazer, onde se incluem as várias formas de turismo, têm contribuído para gerar mudanças espaciais necessárias de suporte à nova função.

Nos últimos anos, o turismo tem sido concebido como um fator-chave – às vezes o único possível – para dinamização das regiões menos desenvolvidas e áreas marginais no Brasil e no mundo.

A perspectiva de inserção de novos espaços na economia do turismo aliado a todo conjunto de atividades atrativas complementares tem instrumentalizado os diversos agentes (públicos e privados) que através dos mais variados mecanismos como: planos de desenvolvimento, programas regionais e ou locais têm elaborado políticas regionais e setoriais que visam colocar em marcha o desenvolvimento local e incluir estes espaços no circuito econômico do consumo do turismo.

O significado do turismo adquire sem dúvida uma nova dimensão frente à diminuição da função produtiva tradicional – a agrária – dos espaços rurais, “perdendo a condição de marginalidade no contexto dos parâmetros de rendimento e eficácia da produção”;¹⁵ ante a nova valorização social dos espaços singulares, naturais, etc., cuja raridade induz à atração e a frequência potencial devido à sensibilidade ambiental e conservacionista que caracteriza a sociedade da mudança do século.

Com a globalização, um novo cenário turístico é formado e interpretado como a fase pós-fordista do turismo caracterizada pela produção flexível do ócio. As características do novo paradigma turístico são a globalização dos mercados, a grande segmentação da demanda, as economias de escala nas atividades turísticas, as novas tecnologias disponíveis, a exigência de sustentabilidade do meio ambiente e social e a generalização espacial do turismo a partir de uma maior interação das áreas anteriormente consideradas como marginais a esse processo.

Sem dúvida, este novo cenário do turismo exige novos conteúdos e novas formas de gestão pública, uma nova política turística. Essa nova política turística requer a atuação conjunta e coordenada dos setores público, privado e voluntariado que facilite a consecução da competitividade através da qualidade e da eficiência.

Os debates acerca da manutenção da atividade turística como fonte principal e real dessas áreas antes consideradas marginais ao desenvolvimento apregoam a necessidade de que o turismo se caracterize por uma valorização do aspecto econômico, da justiça social e da sustentabilidade ecológica. Este discurso deve promover as grandes mudanças nos perfis de renda e ocupação da população por ele atingida, direta e indiretamente. Isso porque os programas ou planos de desenvolvimento do setor perpassam por um processo integral, global e participativo, sendo essencial que todos estejam sensibilizados para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável.

De fato, no início da década de 90 foram produzidas uma série de formulações a fim de concretizar os princípios básicos da sustentabilidade em relação ao turismo. A Agenda 21 para o setor de viagens e turismo publicada em setembro de 1995 pela OMT (Organização Mundial do Turismo)¹⁶ define o turismo sustentável como aquele que satisfaça às necessidades dos turistas e das populações receptoras atreladas à conservação do patrimônio.

Os impactos da atividade turística, sejam eles positivos ou negativo, são visíveis em várias partes do mundo fruto da expansão do chamado Turismo de Massa.

“O turismo como fenômeno de massa consolida-se a partir da segunda metade do século XX. Esse crescimento reflete-se na dimensão econômica que a atividade turística passa a assumir na economia mundial”.¹⁷ O crescimento desse tipo de turismo produziu uma série de impactos que se manifestaram de forma mais evidente nos últimos anos.

É certo que esses impactos não podem exceder os limites aceitáveis para uma boa planificação e desenvolvimento sustentável do turismo e podem ser evitados e/ ou controlados a partir de medidas administrativas bem fundamentadas e aplicadas por cada um dos atores que intervêm no desenvolvimento do turismo.

Nas duas últimas décadas do século passado, a concepção de turismo assume um novo contexto devido à necessidade de implementar modelos de desenvolvimento sustentável que apontem para a compatibilidade do desenvolvimento econômico e a conservação dos recursos naturais e culturais visando à equidade e a justiça social.

Essa nova concepção calcada no desenvolvimento sustentável propõe pressupostos que divergem do atual modelo de desenvolvimento econômico para o turismo chamado de “indústria do turismo”, sobretudo no que diz respeito à demanda social.

Esse termo “indústria do turismo” ou como também é conhecido “indústria sem chaminé” surgiu quando o turismo passou a ser considerado a grande estratégia econômica do fim do século. A atividade turística relacionava-se com o setor empresarial, sobretudo com os aspectos de promoção e definição de políticas e estratégias, onde não se levava em conta os danos, às vezes, irreversíveis ao meio ambiente, às comunidades locais e ao patrimônio.

Com base na nova discussão de sustentabilidade PRATS¹⁸ define quatro fatores essenciais para o desenvolvimento da atividade turística com a perspectiva da sustentabilidade:

- a) a compatibilidade do turismo com a capacidade de carga do sistema natural, econômico e social, ou seja, a adaptação do processo de desenvolvimento das necessidades do mercado, prevenindo os riscos e preservando os recursos naturais, além de favorecer a evolução da estrutura econômica local;
- b) a integração do turismo com o desenvolvimento econômico local a partir da renovação de setores tradicionais da economia e estimulando a criação de novos setores;
- c) a inserção do turismo no sistema de planificação estratégica centrada no desenvolvimento local; e,
- d) a gestão integrada e participativa do desenvolvimento turístico local calcado na ampla e rigorosa participação dos agentes sociais e da própria população local.

A partir desses quatro fatores, entendemos que o fenômeno do turismo em sua enorme complexidade materializa-se territorialmente através das relações sociais inerentes ao seu processo, atenuando novas feições urbanísticas e novas demandas à conceituada segunda natureza, empreendida pelo trabalho social atrelada ao envolvimento das populações locais no sentido de

promover uma inserção não apenas simbólica e caricaturada, mas com o intuito de se pensar a sustentabilidade das atividades como forma de garantir a fixação, o emprego e a geração de renda nos espaços turísticos.

Com esse entendimento de que o turismo desencadeia um conjunto de outras atividades atrativas, resultantes de diversas ingerências formais e informais, influenciados cada vez mais pela incorporação de empreendimentos públicos e privados (fixos) e que proporcionam uma ampliação econômica e estrutural do setor é possível propor novas possibilidades de oferta de bens e serviços que promovam o desenvolvimento sócio-cultural e econômico da população diretamente envolvida.

Neste sentido, o desenvolvimento sustentado ou sustentável pode ser abordado em múltiplas escalas ou a partir da interação dos diversos níveis, desde que hajam problemas a serem resolvidos para viabilizar a regulação capitalista.

Segundo Manfred Max-Neef¹⁹ o desenvolvimento a escala humana é possível, desde que as necessidades humanas sejam enfocadas sistematicamente e não linearmente. A única maneira de possibilitar a sustentabilidade reside na conjugação do crescimento econômico com a salubridade social e crescimento pessoal, através da ampliação do processo educativo – conscientização – que combine as sinergias locais e a eficiência global.

3 - E PARA NÃO CONCLUIR...

O caráter ambivalente do turismo pode gerar vantagens no âmbito econômico ao passo que pode ser corrosivo sócio-culturalmente, além de contribuir para a degradação ambiental e a perda da identidade local.

Assim, todos os agentes de desenvolvimento turístico (associações profissionais, empresas, trabalhadores do setor, organizações não governamentais, as comunidades receptoras, os turistas e outros organismos do setor turístico) têm o dever de proteger o meio ambiente, os recursos naturais e culturais na perspectiva de um crescimento econômico constante e sustentável que seja capaz de satisfazer as aspirações presentes e futuro.

Para que o turismo sustentável possa desenhar um novo país é necessário impulsionar um turismo que seja responsável e esta tarefa deve ser desenvolvida pelo poder público e privado e pelos agentes sociais envolvidos. Essa responsabilidade baseia-se em três pontos fundamentais:

1. responsabilidade econômica e social por parte do governo e das empresas que instalam empreendimentos turísticos, a fim de impulsionar o desenvolvimento econômico protegendo a comunidade local da sobre-comercialização e da sobreexploração;

2. responsabilidades das comunidades receptoras no que diz respeito à segurança, a garantia de proteção dos turistas e a prática do desenvolvimento sustentável em relação a sua participação nas atividades turísticas;

3. por fim, a responsabilidade do turista em respeitar os costumes, as culturas e o meio ambiente do lugar visitado. O turista deve vislumbrar o intercâmbio de culturas.

Neste sentido, urge a necessidade de se colocar em prática uma Agenda 21 Local como ferramenta de suma importância para o planejamento do turismo sustentável, uma vez que permite um aprofundado conhecimento das condições naturais, sociais e econômicas ligadas ao turismo através de um diagnóstico amplo que, conduz a definição de objetivos e planos de ação que possibilitam a concretização de um turismo centrado nos princípios do desenvolvimento sustentável.

Assim, acreditamos que a partir da Agenda 21 Local torna-se possível observar se o desenvolvimento do turismo em determinada localidade será suportável ecologicamente, viável economicamente e equitativo na perspectiva da justiça social das comunidades locais para enfim contribuir para o novo desenho social e econômico de um país.

NOTAS

1 NISBET, Robert A. História da idéia de progresso. Brasília: Ed da Universidade de Brasília, 1985.

2 MEADOWS, D. L.; MEADOWS, D. H.; RANDERS, J. et al. Limites do crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva. 1972.

3 TURNER, R. Sustainable global future: common interest, interdependency, complexity and global possibilities. Futures, London, v. 19, nº 5, 1987. 4 Id. ibid.

5 MAIMON, D. Ensaio sobre economia. Rio de Janeiro: APED, 1992. p. 21.

6 Entendemos aqui ecologistas como defensores das causas ambientais e não como cientistas ligados a um ramo da biologia.

7 Maurice Strong ao lançar o conceito de ecodesenvolvimento em junho de 1973 já prevê a possibilidade de esgotamento da natureza, tanto nas zonas rurais como nas cidades do Terceiro mundo, passando a ser o fundamento básico da discussão da reunião de Cocoyoc no México, em 1974.

8 SACHS, Ignacy. Quelles régulations pour un développement durable. Revue Écologie et Politique, Paris, n. 15, 1995.

9 Id. ibid.

10 Id. ibid.

11 WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. Our Common future. New York: Oxford University Press, 1987.

12 Em junho de 1992 realizou-se, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Eco-92, como ficou conhecida –, da qual participaram aproximadamente 35.000 pessoas, com a presença de 106 chefes de governo, quando discutiram as possibilidades do desenvolvimento futuro para a humanidade.

13 REDCLIFT, M. The multiple dimensions of sustainable development. Geography, New York, v. 76, 1991, p. 36. 14 Uma leitura sobre a contradição do termo “Desenvolvimento Sustentável” pode ser assim apresentada: O “desenvolvimento” carrega uma noção econômica: crescimento dos meios de produção, das forças produtivas, geração de emprego e renda. Já o termo sustentável dispõe do “sentido” originário da ecologia, cuja significação passa por estabilidade e homeostase. Em vista destas noções,

poderíamos considerar o termo “desenvolvimento sustentável” como um oxímoro (noções opostas contidas numa expressão).
15 CALS, J.; CAPELLA, X ; Vaqué, E. Gestió pública del turismo: manual per a les administracions locals de les zones d’interior. Barcelona: Fundació Carles Pi I Sunyer. 1995.

16 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Agenda 21 para el sector de viajes y turismo. Madrid, 1995.

17 ANDRADE, José Roberto de Lima. Uma contribuição à análise econômica da demanda por turismo. São Paulo, 2002. (Tese de Doutorado). ECA/ USP, 2002.

18 PRATS, F. Calvià: Agenda Local 21. Ajuntament de Calvià: Calvià, 1996.

19 MAX-NEEF, Manfred. Desarrollo a escala humana: conceptos, aplicaciones y reflexiones. Montevideo: Nordan-C, 1998.

*Geógrafa. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Doutoranda em Geografia Humana pela Universidad de Barcelona – Espanha.

Artigo premiado em 3º lugar – Categoria Externa do Prêmio Sesc-Senac de Turismo Sustentável, realizado em outubro de 2002.

E-mail: cristie09@uol.com.br.